



5730 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPED (2019)
GT16 - Educação e Comunicação

A governança eletrônica na Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais: entre informação e participação
Alexia Padua Franco - UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPEMIG

A governança eletrônica na Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais: entre informação e participação

...depois da pura celebração da revolução cibercultural é preciso agora superar a ressaca advinda da frustração de muitas promessas não realizadas (ou concretizadas parcialmente) e observar com cuidado o que se mostra assim que todos os panfletos forem varridos...(PRIMO, 2013, p. 15)

RESUMO: Este trabalho objetiva analisar a relação entre a disponibilização de informação proporcionada pela governança eletrônica e a participação cidadã na configuração de políticas públicas educacionais. O foco da análise serão as mídias digitais da Secretaria de Estado de Minas Gerais (SEE/MG), entre os anos de 2008 e 2019. Inicialmente, é apresentado o contexto de elaboração e implementação da Lei de Acesso a Informação (LAI) no Brasil, a partir de 1988, e o processo de implementação do governo eletrônico no contexto da WEB 2.0, com base nos dados coletados pelo Cetic.br. Em seguida, investe-se na compreensão da relação entre o governo eletrônico e as políticas públicas educacionais em Minas Gerais, por meio da identificação das mídias digitais utilizadas pelas SEE-MG para divulgar suas ações e programas, da análise de indícios de interação dos internautas e gestores nestas mídias, e do movimento de socialização, avaliação e proposição de políticas públicas para a educação em Minas Gerais. Por fim, são apontadas fragilidades da participação online dos cidadãos para a elaboração e encaminhamento de programas e ações da SEE-MG, e indicadas possibilidades para tornar as mídias digitais efetivos espaços de sociabilidade e cidadania.

PALAVRAS CHAVE: Mídias Digitais. Governo eletrônico. Políticas públicas educacionais. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

1 Introdução

Iniciamos o ano de 2019, com um "novo" governo, que rapidamente começou a desconstruir avanços na área de comunicação e educação conquistados nos últimos 30 anos, desde a redemocratização do Brasil que teve como marco a promulgação da Constituição de 1988, nomeada de Constituição Cidadã.

Em 24 de janeiro, o presidente em exercício, Hamilton Mourão, vice-presidente de Jair Bolsonaro, assinou o decreto número 9.690/2019[1] que alterava a Lei de Acesso a Informação (LAI), Lei nº 12.527/2011[2], ampliando os poderes dos órgãos públicos para classificar informações como secretas e ultrassecretas e dificultar o acesso de cidadãos a informações do setor público. Imediatamente, diferentes setores da sociedade civil denunciaram o caráter antidemocrático desta medida e, em 26 de fevereiro, o presidente Jair Bolsonaro, pressionado pelo Congresso Nacional, revogou o decreto[3].

Neste trabalho, ao discutirmos a relação entre a LAI, o governo eletrônico, a publicização dos programas e ações na área da educação pública em Minas Gerais, exemplificaremos a gravidade do retrocesso que este decreto causaria em um movimento, ainda inicial, de acesso e debate de informações do setor público que pode promover a maior participação dos cidadãos na definição e implementação das políticas públicas.

Esta reflexão fez-se necessária no encaminhamento de uma pesquisa, ainda em andamento, que tem como foco mapear e analisar, a partir das mídias digitais utilizadas pela SEE/MG, as ações e programas que constituem as políticas públicas educacionais de Minas Gerais, para compreender como estas, ao instituírem diretrizes legais, implementarem programas de livros e materiais didáticos e paradidáticos, promoverem cursos de formação continuada de professores e estruturarem sistemas de avaliação e monitoramento escolar, buscam delinear as configurações do ensino de História e Geografia no Estado de Minas Gerais, especialmente no que tange aos temas emergentes e transversais como educação ambiental, relações étnico raciais, cultura e história dos povos indígenas, da África e dos afrodescendentes, direitos humanos, gênero e sexualidade. Objetiva-se analisar estas políticas públicas mineiras inseridas no contexto político, sócio histórico e cultural estadual, nacional e internacional, examinando como as mesmas implementam e ressignificam políticas oriundas do Ministério da Educação (MEC), bem como as aproximações e distanciamentos entre as culturas dos reformadores e gestores, dos especialistas e pesquisadores da educação e a cultura dos professores e outros agentes escolares.

Para desenvolvermos esta investigação e a análise dos dados por ela produzidos[4], foi necessário entender a dinâmica das mídias digitais da SEE-MG, em sua interação com os internautas, a qual se consolidou com a assinatura da LAI em 2011 que entrou em vigor em maio de 2012. Para registrar estas análises, vamos inicialmente apresentar o contexto de elaboração e implementação da Lei de Acesso a Informação (LAI) no Brasil, a partir de 1988, e o processo de implementação do governo eletrônico no contexto da WEB 2.0, com base nos dados coletados pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br). Em seguida, investiremos na compreensão da relação entre o governo eletrônico e as políticas públicas educacionais em Minas Gerais, por meio da identificação das mídias digitais utilizadas pelas SEE-MG para divulgar suas ações e programas, da análise de indícios da interação dos internautas e gestores nestas mídias, bem como do movimento de socialização, avaliação e proposição de políticas públicas para a educação em Minas Gerais. Por fim, apontaremos fragilidades da participação online dos cidadãos para a elaboração e encaminhamento dos programas da SEE-MG, e indicaremos pesquisas em desenvolvimento com base neste

2 O governo eletrônico: da normatização à implementação na SEE MG

O governo eletrônico, ou sua abreviação e-gov, significa a presença do governo na WEB 2.0 para promover o acesso a dados e informações da administração pública, bem como a participação popular no delineamento e desenvolvimento das políticas públicas por meio da cidadania. Conforme o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.Br),

...a noção de governo aberto - que vem assumindo grande relevância entre gestores públicos de todo o mundo (ONU, 2016) - refere-se à capacidade do Estado de compartilhar dados e informações sobre a administração pública (transparência), bem como envolver os cidadãos nas decisões relacionadas às políticas públicas (participação) [...]. Essas duas dimensões, por sua vez, estão relacionadas à capacidade dos cidadãos de "ver" o que ocorre dentro das instituições públicas e de "falar" suas opiniões sobre isso [...]. Nesse contexto, a Internet assumiu protagonismo, em função de sua capacidade de facilitar o acesso à informação e a interação dos cidadãos no que diz respeito aos assuntos relacionados ao Estado... (BARBOSA, 2018, p. 133)

A configuração deste governo aberto começou a ser definida na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que determina a responsabilidade do Estado em preservar e disponibilizar informações e documentos para os cidadãos, em duas passagens. A primeira, ao estabelecer os direitos e deveres individuais e coletivos, no seu artigo 5º, inciso XXXIII, garante que "...todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado" (BRASIL, 1988). Em seguida, no capítulo "Da educação, da cultura e do desporto", no artigo 216, inciso V, § 2º, estabelece que "Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem" (BRASIL, 1988).

Estas garantias foram normatizadas pela Lei de Acesso à Informação (LAI) assinada pela presidente Dilma Rousseff em 11 de novembro de 2011, prevendo um prazo de seis meses de adequação. Desta forma, ela entrou em vigor em 16 de maio de 2012, estabelecendo que:

Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. [...] V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e [...] 2º Para cumprimento do disposto no **caput**, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet). (BRASIL, 2011).

A partir de maio de 2012, órgãos de todos os três poderes e níveis (federal, estadual e municipal) foram obrigados a disponibilizar informações na Internet (com exceção dos municípios com menos de 10.000 habitantes) e centrais de atendimento, servindo o cidadão também pessoalmente. E desde 2013, o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), ligado ao Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) e ao Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), conduz a pesquisa "TIC Governo Eletrônico" que produz, disponibiliza [5] e analisa dados estatísticos sobre a oferta de e-governo no Brasil, entrevistando gestores de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) e responsáveis pelos conteúdos digitais de órgãos governamentais dos três entes federativos (União, Estados e Municípios) e dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público. Estes dados, coletados nos anos de 2013, 2015 e 2017, possibilitam a elaboração de diagnósticos sobre a "Infraestrutura de TIC existente nos órgãos governamentais; Utilização das TIC para gestão, monitoramento e avaliação de políticas públicas nos órgãos governamentais; Oferta de serviços públicos nos meios digitais; Uso das TIC para o acesso à informação pública e participação (e-participação)" [6].

As mídias digitais utilizadas pela SEE-MG para disponibilizar seus programas e ações, além de dados administrativos e financeiros da gestão pública e seus recursos humanos, foram criadas antes mesmo da promulgação da LAI, em 2008, com a publicação de um website [7], seguida pela criação de um Blog, em 2009 [8], de um canal no Youtube [9] e uma página no Facebook [10] em 2012, de perfis no Twitter em 2014 [11] e no Flickr [12] em 2015 e, por último, um perfil no Instagram [13], em abril de 2019.

Em termos gerais, por meio do diagnóstico das mídias digitais utilizadas pela SEE-MG, observamos que o e-gov do estado de Minas Gerais coincide com os perfis mais completos levantados pela pesquisa TIC Governo Eletrônico 2017, do Cetic.br (BARBOSA, 2018). Seus resultados apontaram que "90% dos órgãos públicos federais e estaduais possuíam website" (BARBOSA, 2018, p. 129), que no caso da SEE-MG está no ar desde 2008. Em 64% destes websites de órgãos estaduais são disponibilizados serviço de solicitação de acesso à informação. No site da SEE MG, o internauta, ao clicar na aba "Transparência", visualiza uma tela que além de explicar o que é a LAI, indica que o mesmo pode solicitar acesso às informações via atendimento eletrônico ([Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão](#) [14]), presencial nas Unidades de Atendimento Integrado existentes em diferentes municípios do estado e telefônico por meio do LigMinas 155 - opção 9. Ainda segundo indicadores do Cetic.br., em 89% dos órgãos estaduais, são disponibilizadas lista de salários de servidores públicos e informações sobre compras e licitações. No site da SEE-MG, estas informações estão disponibilizadas na aba "Transparência - Servidores" [15] e "Transparência - Licitações e contratos" [16]. A pesquisa TIC Governo Eletrônico diagnosticou também que "entre os [websites de órgãos] da esfera estadual, os conteúdos menos disponibilizados na rede foram os catálogos de serviços públicos (72%), documentos com objetivos, planos e metas (68%) e documentos com os resultados dos objetivos, planos e metas (59%)" (BARBOSA, 2018, p. 133-134). No site da SEE MG, há uma aba que informa sobre os serviços oferecidos por ela [17] e, na aba Transparência, são disponibilizados documentos com planos, metas e resultados das gestões como o Plano Estadual de Educação para o período de 2018-2027 [18], a Série Histórica da Educação Minas Gerais 2008/2017 [19], além de listagem com programas e ações da Secretaria atualizada em dezembro de 2018 [20].

Em relação ao uso das redes sociais para ampliar os mecanismos de acesso à informação e participação dos cidadãos no governo, o relatório TIC Governo Eletrônico de 2017 indicou que

...Do total de órgãos públicos federais e estaduais, 77% afirmaram possuir perfil ou conta próprios em redes sociais [...]. Na comparação entre os órgãos federais e estaduais, prevalece em ambos a presença em redes sociais de relacionamento, como o Facebook, Yahoo Profile ou Google+ (89% dos federais e 69% dos estaduais), de vídeos, como YouTube ou Vimeo (83% dos federais e 38% dos estaduais), e de microblog, como Twitter (76% dos federais e 45% dos estaduais)... (BARBOSA, 2018, p. 136-137)

No caso da SEE MG, o website faz interface com o Youtube, Facebook, Flickr, Twitter e Blog. Como registrado anteriormente, em 2019, foi criado perfil no Instagram que, em abril de 2019, ainda não estava vinculado no website, mas na página principal do mesmo o link do site é disponibilizado. A maior parte das postagens feitas nestas redes sociais

compartilham notícias, serviços publicados no site. Além disso, em cada informação disponibilizada no website, ao final, há ícones para o leitor poder imprimir, fazer download em PDF, enviar por email, compartilhar no facebook, twheetar.

Sobre a singularidade do conteúdo de cada mídia da SEE-MG, o website, além do que já foi registrado anteriormente, divulga materiais e currículos escolares, eventos na área da educação com inscrições abertas e em andamento, cursos presenciais e a distância para professores e estudantes, atividades e projetos das escolas mineiras, informações sobre concursos abertos e instâncias de gestão como o Fórum Estadual Permanente de Educação e Conferências Estaduais, normatizações e formulários necessários para participar de ações da Secretaria, prestação de contas e dados financeiros, administrativos e de recursos humanos da mesma, planos, metas e balanços de suas ações, sistema de avaliação da aprendizagem nas escolas mineiras, alimentação escolar, dados censitários de cada escola estadual, entre outros.

A página do Facebook e o Blog destacam algumas das postagens do site e possibilitam os comentários dos internautas. O Blog tem um formato que facilita a visualização e o acesso ao conteúdo por meio da filtragem de arquivos pelo mês e ano ou pelas *Tags*: alimentação, aniversário, Cultura, ENEM, Escola Interativa, História, Integração, Leitura, Literatura, Matemática, Meio-Ambiente, Música, Saúde, Água. Registra dicas sobre materiais didáticos e materiais de estudo, filmes que tratam do tema da educação, divulga bons projetos realizados nas escolas, datas e conteúdo para quem vai prestar o ENEM.

Os vídeos postados no canal do Youtube são, na maioria voltados para os professores. Eles orientam sobre designações e preenchimento de diário eletrônico, divulgam rodas de conversa, conferências realizadas sobre diferentes assuntos educacionais, atividades desenvolvidas em escolas estaduais, pronunciamento de secretário e subsecretários, além de campanhas para cadastramento escolar.

O perfil no Twitter, além de compartilhar algumas postagens do site, tem conteúdo voltado para os jovens estudantes. Nele são postadas dicas de estudo, editais de Programas de Iniciação Científica; são divulgados cursos à distância de escrita acadêmica, por exemplo.

No Flickr, cuja página saiu do ar em meados de 2018, eram registradas fotos de conferências em universidades mineiras, encontros de professores, rodas de conversa em escolas e outros eventos. Na nova página, criada em 2019, há poucas fotos, todas relacionadas a atividades escolares desenvolvidas por estudantes e professores em diferentes escolas estaduais do Estado.

Enfim, o website é a base de conteúdo para as redes sociais digitais, por onde os seguidores destas mídias digitais da SEE MG podem interagir com as postagens por meio de curtidas, *likes*, compartilhamentos e *retweetadas*, comentários. Este conjunto de mídias tem possibilitado a publicização das metas, ações e programas da SEE MG e escolas de educação básica da rede, em relação a materiais didáticos, conteúdos e projetos vinculados à diferentes disciplinas e temas transversais do currículo escolar, modalidades de educação, cursos de formação continuada de professores docente, informações sobre a carreira docente e participação de estudantes em pesquisas, olimpíadas, concursos para ingresso no ensino superior entre outros. Este cenário suscita as seguintes questões: o que é feito com tanta informação selecionada e disponibilizada pela equipe gestora da SEE MG? O acesso a elas possibilita a participação dos cidadãos mineiros na avaliação e delineamento das políticas públicas educacionais?

3 Da participação dos internautas nas mídias digitais da SEE MG

Segundo Hayashi; Hayashi; França (2013), as mídias digitais criadas pelos órgãos públicos em respeito a LAI não devem funcionar apenas como repositórios estáticos de informação, mas precisam ser exploradas como espaço de comunicação e interação

entre órgãos governamentais, cidadãos e outras organizações, devendo permitir através de sua estrutura o incentivo à participação popular e à interatividade, o acesso à informação precisa, compreensível e útil e o apoio à democracia eletrônica, pois se apresenta como a experiência da Internet direcionada para a melhoria e desenvolvimento das oportunidades de participação pública na condução dos negócios públicos além das possibilidades de ampliação das oportunidades democráticas... (HAYASHI, HAYASHI; FRANÇA, 2013, p. 504)

Com base em alguns indícios coletados na primeira navegação pelas mídias digitais da SEE MG para construir o panorama geral apresentado na seção anterior, pretendemos analisar como as possibilidades de interação e participação cidadã online tem sido explorada.

A primeira pista para esta reflexão está no número de seguidores de cada uma destas mídias, e de comentários, curtidas, compartilhamentos que os mesmos fazem, o que indica, ao menos em termos quantitativos, o interesse da população em acessar essas mídias e com elas interagir.

A página do Facebook, criada em 2012, tinha, em março de 2018, o maior número de seguidores entre as mídias da SEE MG - 257.999 pessoas, o qual cresceu apenas 7% em um ano - em abril de 2019, 276.329 pessoas estavam seguindo a página. Quase todas as publicações têm compartilhamentos, curtidas e comentários, que variam de três a 50, em média, as quais elogiam notícias postadas, indicam a leitura para amigos ou questionam sobre pagamento de salário, implementação da educação integral, e outras questões de carreira docente ou organização escolar.

O canal do Youtube criado em 26 de janeiro de 2012 contava, em março de 2018, com 1952 inscritos. Mesmo sem ter feito novas postagens a partir de 2018, o número de inscritos subiu quase 60%, alcançando 3.120 internautas em abril de 2019. O número de visualizações varia de 100 a 100 mil, conforme o vídeo. As filmagens de atividades escolares, rodas de conversa e conferências são as menos visualizadas e os tutoriais para uso do diário eletrônico e campanhas de cadastramento escolar e designação são as mais visualizadas. Em relação ao número de visualizações, os símbolos de "gostei" e "não gostei" são pouco marcados e, na maioria dos vídeos, não são feitos comentários. Quando existem, não excedem vinte e, na maioria, solicitam informações sobre designação.

O perfil no Twitter, criado em 2014, era seguido por possui 1683 seguidores em março de 2018, e aumentou para 2020 em abril de 2019. Teve um aumento de seguidores maior do que o Facebook no último ano, referente a 20%. No entanto, a interatividade no Twitter é bem menor do que no Facebook: de 36 postagens analisadas entre os anos de 2017 e 2018, sete foram *retweetadas*, 13 possuem curtidas. Apenas uma foi respondida, pela própria administradora do perfil que complementou a informação e direcionou o internauta para o link com a matéria completa do blog da Secretaria.

O perfil no Flickr, criado em agosto de 2015, era seguido por apenas de 10 internautas. A nova página criada em 2019, não tem nenhum seguidor. Por outro lado, o perfil do Instagram criado em abril de 2019, em menos de um mês online, alcançou 1.134 seguidores, e todas as sete postagens tinham entre 20 e 60 curtidas. Cinco delas receberam de 1 a 13 comentários, a maioria deles criticando a nova gestão, criticando o parcelamento de salários e questionando sobre o início do projeto de Educação Integral.

Em relação ao Blog, não foi possível verificar o número de seguidores, porque a opção de "assine" do mesmo não está funcionando. No entanto, as postagens feitas entre 2009 a 2019 têm de zero a nove comentários que elogiam a notícia divulgada, sendo que a maioria delas não recebe nenhum comentário.

Em termos gerais, se considerarmos os seguidores em potencial das mídias digitais da SEE MG, profissionais da educação e estudantes ou responsáveis, menos de 12% registra seu interesse pelas informações nelas compartilhadas. Os dados encontrados no website informam que, em 2019, estão vinculados à SEE MG, 192.581 servidores[21]; e que, em 2018, havia 2.100.000 estudantes matriculados nas escolas rede estadual[22]. A mídia digital da SEE MG com mais seguidores é o Facebook - 257.999 pessoas.

Entre os internautas que visualizam ou seguem as mídias digitais da Secretaria, a maioria não faz comentários e nem curte ou compartilha as informações disponibilizadas. Enfim, se o acesso a estas mídias é pequeno, menor ainda é a interação nas mesmas. No Facebook e Instagram, estão a maioria dos comentários que fazem questionamentos e críticas às políticas públicas mineiras, indicando insatisfação com as condições salariais e de trabalho, com a infraestrutura das escolas, com a demora de implementação da educação integral, as quais não são respondidas nem pelos administradores da página que, a princípio, representam os gestores, nem por outros internautas que no máximo reforçam questionamentos anteriores ou os contrapõem, sem diálogo. Entre inúmeros exemplos, registramos um.

Em 9 de novembro de 2018, foi postada no facebook a informação: "a Secretaria de Estado de Educação (SEE) publicou, no Diário Oficial Minas Gerais desta sexta-feira (09/11), a Resolução SEE nº 3.999, que estabelece, para a Rede Pública Estadual de Educação Básica, o Calendário Escolar para o ano de 2019. Saiba mais: <https://goo.gl/eNUV3q>"[23]. Esta postagem recebeu 481 reações (um UAU, quatro AMEI e 476 curtidas), 31 comentários e foi compartilhada por 321 internautas. Entre os comentários, encontramos alguns que ironizavam se seria um calendário com ou sem greve, outros que perguntavam sobre designação para cargo de professor de diferentes disciplinas e outros que registravam como a participação dos professores na definição de questões que impactam o cotidiano escolar é ignorada:

Infelizmente, mais uma vez, publicaram o calendário de modo unilateral, não integrando as ações previstas em Tecnologia da Informação e Tecnologia Educacional... Há três anos vimos solicitando este alinhamento, o qual só viria agregar valor ao mesmo, porém sem sucesso. (JFB, 12 nov. 2018)

Nenhum destes comentários recebeu resposta do administrador da página e nem de internautas para esclarecer, por exemplo, dúvidas de como participar da designação. Ninguém nem ao menos se solidarizou com a insatisfação de JFB. Desta forma, o Facebook, apesar de ser o canal de comunicação mais acessado da SEE, não funciona como um rede social, mas como um quadro de avisos da SEE, ou como um instrumento de propaganda das ações da secretaria, que não gera diálogo, troca de ideias, ou informações. São desabafo solitários que não mobilizam ação ou pedidos de esclarecimento desconsiderados.

O mesmo acontece no Youtube: os vídeos sobre designação são acompanhados de comentários que registram dúvidas problemas no processo, os quais ficam sem resposta. Um exemplo pode ser observado no vídeo publicado em 20 de novembro de 2017, em que o subsecretário de Gestão de Recursos Humanos da SEE, Antônio David de Sousa Junior, traz as orientações para o processo de designação de 2018[24]. O mesmo teve 4294 visualizações, 43 "gostei", nove "não gostei" e dois comentários. Em um deles, uma internauta registrou:

Prezado! Sou professora designada, fui determinada para uma escola pelo sistema on line, quando cheguei na escola pra qual fui determinada na primeira rodada, a vaga não existia. Agora não sei se vou para a segunda rodada, o fato é que senti muito prejudicada, pois pessoas que estavam atrás de mim foram beneficiados e eu estou em dúvida. Esse sistema on line tem dado bastante problemas. Superintendência de São João del Rei.... (LC, aproximadamente, março de 2018)

Este comentário sem resposta indica inconsistência nas políticas de contratação de professores e no atendimento à solicitação de informação da cidadã. Se o youtube não é o canal para esclarecimento de dúvidas individuais, em sua descrição não precisaria ter uma indicação dos canais adequados para tanto? Não é responsabilidade dos gestores integrar estes vários canais utilizados pela SEE MG para tornar o acesso à informação claro e dinâmico?

Se por um lado, o uso de várias mídias digitais que poderia contribuir para a maior circulação das notícias, por vezes, torna as informações e pedidos de esclarecimento dispersos, dificultando a visibilidade dos mesmos, por outro, a própria organização das mídias digitais utilizadas pelos órgãos públicos não mobilizam, de forma consistente, a participação popular online para avaliar suas políticas e ações e contribuir para seu delineamento. Conforme indica a pesquisa TIC Governo Eletrônico de 2017,

... A ideia de governo aberto, por sua vez, também envolve a implantação de processos participativos pelos órgãos governamentais que auxiliem na tomada de decisão sobre políticas públicas e serviços públicos. A consulta pública on-line foi a forma de participação realizada nos 12 meses anteriores à pesquisa mais citada entre os órgãos federais (40%), seguida por enquete on-line (28%) e fóruns de discussão pela Internet (22%). Entre os estaduais, enquete e consulta pública on-line foram disponibilizadas por 19% e 16% dos órgãos, respectivamente. Na comparação com 2015, é possível observar estabilidade em todos os indicadores avaliados, apontando mais uma vez que uma das dimensões que impõe mais desafios aos órgãos públicos é a ampliação de iniciativas que promovam a participação por meios eletrônicos.... (BARBOSA, 2018, p. 136)

Nas mídias da SEE-MG, encontramos poucos indícios de recursos que convidavam a população a participar da tomada de decisões da secretaria. Ao contrário, como no exemplo do calendário anteriormente mencionado, os profissionais da educação reclamam do pouco espaço para participação. Um exemplo de enquete foi localizado na Plataforma Escola Interativa que integra o website da SEE MG, disponibilizando objetos digitais de aprendizagem para professores e alunos utilizarem nas atividades escolares. Uma das abas da plataforma, denominada "Pesquisa Interativa"[25], convidava o internauta a respondê-la com o intuito de seus organizadores verificarem o nível de satisfação com a Plataforma. Por meio de um formulário *Google Forms* pede-se que o internauta registre se ele gostou da plataforma, se a recomendaria para colegas, quais áreas de conhecimento e anos da educação básica são de seu interesse, além de disponibilizar um espaço para outros registros. Ao terminar de responder, o mesmo recebe apenas um agradecimento. Nenhum retorno relativo às opções que ele e outros internautas marcaram é feito. Enfim, a colaboração do cidadão é solicitada apenas para fomentar uma plataforma que está linkada no website da SEE MG, mas é iniciativa de empresas privadas como Instituto Natura, Fundação Telefonia e Vivo. Não se informa os princípios da parceria, a data de postagens dos objetos de aprendizagem disponibilizados e nem sua autoria. Enfim, em um website de transparência da informação, o internauta é convidado a participar de algo despersonalizado, sem fontes ou referências.

Um outro movimento de incentivo a participação popular online se deu entre agosto em setembro de 2018, quando a SEE MG criou um site específico para que qualquer cidadão interessado pudesse contribuir na definição do currículo das escolas de Minas Gerais que deveriam ter como referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). De forma semelhante ao que aconteceu entre 2015 e 2016 em nível nacional, a Secretaria postou uma versão preliminar da proposta de Currículo Estadual em uma plataforma de Consulta Pública e criou espaços para internautas fazerem sugestões de alteração ou manutenção de itens do currículo[26]. Em dezembro de 2018, a versão final do currículo mineiro foi apresentada e entregue ao Conselho Estadual de Educação para análise e, posterior publicação da resolução

normativa do Currículo de Referências de Minas Gerais. Na cerimônia de entrega, a coordenadora do Currículo Referência de Minas Gerais pela SEE, Geniana Guimarães Faria, celebrou o fato de estar entregando

...um documento de caráter totalmente participativo e democrático, construído a várias mãos, ou seja, recebemos contribuições de escolas, universidades, entidades, entre diversas outras de várias partes do Estado. É uma alegria entregar um currículo que sabemos que é legítimo e que representa boa parte dos educadores de Minas Gerais.[27].

Apesar da colaboração popular online ter sido utilizada para legitimar a escrita final do currículo mineiro, os resultados da consulta não foram divulgados. Um breve relatório do processo foi disponibilizado[28], o qual informa que, ao todo, mais de 404 mil contribuições foram feitas e quais os critérios de não aceite das sugestões. As sugestões apresentadas pela população não foram publicizadas e, desta forma, as tensões comuns em um movimento de reformulação curricular foram silenciadas e foi entregue à comunidade escolar um currículo higienizado por uma equipe reduzida de especialistas, cuja critério de escolha também não foi informada. Mais uma vez banalizou-se a participação popular online.

A partir destes exemplos, observamos que a dinâmica das mídias digitais utilizadas pela SEE MG não permite que as denominemos de mídias sociais ou redes sociais, pois como afirma Primo (2013, p. 28-29), com base na teoria ator-rede (ANT), também denominada de nova sociologia das Associações, o social não existe a priori, como essência; "o social só se estabelece naqueles momentos em que associações ocorrem" (PRIMO, p. 28). E os indícios do e-gov da SEE MG até aqui analisados indicam que suas mídias são mais repositórios de informação do que canais de participação popular na avaliação e delineamento das políticas públicas educacionais.

Para estabelecer associações nestas mídias, como propõe Silva (2009, p. 85), é importante que professoras e professores mantenham-se atentos e fortes para realizar a função social da escola na cibercultura: "se a função social precípua da educação é a formação para a cidadania, os professores precisarão cuidar da cidadania no ciberespaço. Em lugar do uso instrumental da Internet, a ampliação do espaço de participação cidadã em tempo real, em espaços distintos, de forma síncrona e assíncrona". Um dos caminhos para isto é desenvolver processos de ensino e aprendizagem que retenham o fluxo de informações na Internet, para condensá-las em pensamento, reflexão, escuta, diálogo (SIBILIA, 2012, p. 91-92) e busca de ações preocupadas com a ética e justiça social nas relações entre diferentes que se encontram nos espaços intersticiais que coadunam movimentos *online* e *off-line*.

4 Considerações Finais

A análise das mídias digitais utilizadas pela SEE MG entre os anos de 2008 e 2019 nos permitiu compreender com a Lei de Acesso a Informação impulsionou os órgãos públicos para organizarem dados e informações sobre seus recursos financeiros e humanos, suas ações, programas e políticas, e disponibilizarem os mesmos para qualquer cidadão, especialmente, por meio da Internet. No entanto, o acesso a enorme gama de informações geradas, as quais nem sempre têm fontes referenciadas como no exemplo da Plataforma Escola Interativa, não tem sido acompanhado pela participação popular online para avaliar e (re)definir políticas públicas. Para isto, é necessário não só a criação de mecanismos de participação pelos órgãos públicos, como também a publicização dos resultados da participação, dando visibilidade a diversidade de posicionamentos e propostas, criando formas destes serem melhor discutidos, analisados antes da transformação dos dados coletados em políticas. Além disso, os internautas precisam avaliar o fluxo de informações que circulam na Internet, escutar o que outros internautas registram em seus comentários, para refletir e decidir sobre a melhor forma de intervir em ações, programas, metas que são disponibilizadas pelas instituições, para além de registrar lamentações solitárias de insatisfações.

Referências

BARBOSA, A. F. (Coord.). **TIC governo eletrônico 2017**: Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no setor público brasileiro. São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.cetic.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-tic-governo-eletronico-2017/>. Acesso em 02 abr. 2019.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 02 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal ... e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 02 abr. 2019.

HAYASHI, M. C. P. I; HAYASHI, C. R. M; FRANÇA, A. A. Portal do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação: uma avaliação com foco na transparência e informação pública. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.9, n.2, p. 502-519, novembro 2013. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3452/3007>. Acesso em 02 abr. 2019.

PRIMO, A. Interações mediadas e remediadas: controvérsias entre as utopias da cibercultura e a grande indústria midiática. In: PRIMO, A. (Org.). **Interações em rede**. Porto Alegre: Sulina, 2013, pp. 13-32.

SIBILIA, Paula. **Redes ou Paredes**: a escola em tempo de dispersão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SILVA, Marcos. Infoexclusão e analfabetismo digital: desafios para a educação na sociedade da informação e na cibercultura. In: FREITAS, M. T. A. **Cibercultura e formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

[1] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9690.htm. Acesso em 02 abr. 2019.

[2] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em 02 abr. 2019.

[3] DECRETO Nº 9.716, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019. Revoga dispositivos do Decreto nº 9.690, de 23 de janeiro de 2019, que altera o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9716.htm. Acesso em 02 abr. 2019.

[4] Bolsistas de Iniciação Científica, desde 2018, estão monitorando as mídias digitais da SEE/MG no sentido de elencar e quantificar as postagens feitas no Site, Blog, Facebook, Twitter, Instagram, Canal no YouTube, Flickr criadas pela SEE, a partir de 2008. Este levantamento busca organizar as postagens relacionadas ao ensino de História e Geografia, bem como aos temas transversais que envolvem estas disciplinas no currículo escolar, indicando níveis, etapas e modalidades de ensino, gestores, professores e estudantes envolvidos com os programas e ações publicizados nas mídias, reações e

interações de internautas nas postagens, entre outros.

[5] Ver Portal de Dados do CETIC.br, disponível em: http://data.cetic.br/cetic/explore?idPesquisa=TIC_EGOV. Acesso em: 02 abr. 2019.

[6] Disponível em <https://www.cetic.br/pesquisa/governo-eletronico/>. Acesso em: 02 abr. 2019.

[7] Disponível em <http://www2.educacao.mg.gov.br/>. Acesso em: 02 abr. 2019.

[8] Disponível em: <http://blog.educacao.mg.gov.br>. Acesso em: 02 abr. 2019.

[9] Disponível em <https://www.youtube.com/user/SecretariaEducaoMG/featured>. Acesso em: 02 abr. 2019.

[10] Disponível em <https://www.facebook.com/pg/secretariadeeducacaomg/>. Acesso em: 02 abr. 2019.

[11] Disponível em <https://twitter.com/educacaominas>. Acesso em: 02 abr. 2019.

[12] O perfil da SEE MG no Flickr criado em 2015 estava disponível no link <https://www.flickr.com/photos/secretariadeeducacaomg/with/20522291559/> até agosto de 2018, quando foi desativado. Em 2019, foi criado um novo perfil disponível em <https://www.flickr.com/photos/educacaomg/>. Acesso em: 02 abr. 2019.

[13] Disponível em <https://www.instagram.com/educacaomg> . Acesso em: 02 abr. 2019.

[14] Ao clicar sobre este termo, o internauta é direcionado para o Portal da Transparência de MG, disponível em: <http://www.transparencia.mg.gov.br/acessoainformacao>. Acesso em 02 abr. 2019.

[15] Disponível em <http://www.transparencia.mg.gov.br/estado-pessoal/remuneracao-dos-servidores>. Acesso em 02 abr. 2019.

[16] Disponível em <http://www2.educacao.mg.gov.br/mapa-do-site/2016-08-09-14-43-45/2016-08-09-15-23-48>. Acesso em: 02 abr. 2019.

[17] Disponível em <http://www2.educacao.mg.gov.br/cidadao/lista-completa-de-servicos#>. Acesso em 02 abr. 2019.

[18] Disponível em <http://www2.educacao.mg.gov.br/mapa-do-site/2016-08-09-14-43-45/plano-estadual-de-educacao-lei-23-197-2018>. Acesso em : 02 abr. 2019.

[19] Disponível em <http://www2.educacao.mg.gov.br/mapa-do-site/2016-08-09-14-43-45/serie-historica-da-educacao-minas-gerais-2008-2017>. Acesso em: 02 abr. 2019.

[20] Disponível em <http://www2.educacao.mg.gov.br/mapa-do-site/2016-08-09-14-43-45/programas-e-acoes>. Acesso em: 02 abr. 2019.

[21] Disponível em <http://www.transparencia.mg.gov.br/estado-pessoal/remuneracao-dos-servidores>. Acesso em: 02 abr. 2019.

[22] Não foram encontrados dados mais recentes. Estes estavam disponíveis em MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. Série História da Educação Minas Gerais (2008-2017). Belo Horizonte: SEE MG, p. 79. Disponível em http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/PUBLICACAO_SERIE_HISTORICA_FINALIZADO.pdf. Acesso em: 02 de abr. 2019.

[23] Disponível em https://www.facebook.com/secretariadeeducacaomg/posts/2436783136393554?comment_tracking=%7B%22tn%22%3A%22O%22%7D. Acesso em: 02 abr. 2019.

[24] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pNZcGzAddhM&lc=UgxYuVOO90AP1PHCzB14AaABAq>. Acesso em : 02 abr. 2019.

[25] Disponível em: <https://escolainterativa.educacao.mg.gov.br/pagina/pesquisa-interativa>. Acesso em: 02 abr. 2019.

[26] Ver matéria publicada em <http://www2.educacao.mg.gov.br/component/gmg/story/9904-consulta-publica-para-definir-os-curriculos-das-escolas-de-minas-gerais-esta-aberta-ate-dia-23>. Acesso em 02 abr. 2019.

[27] Disponível em <http://www2.educacao.mg.gov.br/component/gmg/story/10031-secretaria-de-educacao-e-undime-entregam-curriculo-referencia-de-minas-gerais>. Acesso em 02 abr. 2019.

[28] Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1UnqBelj4YUUsUp2NWBcaH5ps6f0UeOz/view>. Acesso em 02 ab. 2019.